



## ***O Bengola: uma voz de resistência em defesa da cidadania na Amazônia***<sup>1</sup>

Célia Regina Trindade Chagas AMORIM<sup>2</sup>

Lidyane BragaALBIM<sup>3</sup>

Ana Lúcia Oliveira daCRUZ<sup>4</sup>

João Victor da SilvaOLIVEIRA<sup>5</sup>

Universidade Federal do Pará/PA

### **RESUMO**

Este artigo analisa a atuação do jornal alternativo *O Bengola – A Voz do Benguí*, de 1987, na construção da cidadania em territorialidades urbanas da Amazônia no período de redemocratização brasileira. *O Bengola* denunciou as omissões do poder público quanto aos direitos básicos de habitação digna, transporte, educação, saúde e saneamento no bairro do Benguí, localizado na periferia da cidade de Belém/PA. O bairro surgiu em meio a um processo de conturbadas ocupações coletivas de populações de baixa renda nos anos de 1960 e 1970, no eixo de desenvolvimento urbano da rodovia Augusto Montenegro. Esta comunicação científica, que integra os estudos do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), faz uma reflexão das temáticas publicadas nas páginas desse periódico e identifica a influência do leitor como “audiência ativa” não só na produção desse alternativo como também na expansão democrática daquele período ao furar os canais hegemônicos de comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alternativo; Cidadania; Amazônia; Audiência Ativa.

### **Introdução**

Os jornais alternativos na Amazônia, que passaram a circular no período de redemocratização do país, após 21 anos de Ditadura Militar, 1964-1985, tinham a preocupação de trazer à tona os impactos danosos deixados pelos grandes projetos de ocupação da região pelo governo militar tanto em áreas urbanas, quanto em localidades de florestas, que traduzidos, produziram desigualdades e exclusão social das classes menos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT – Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2013.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Vice-diretora da FACOM. Coordenadora do Projeto “Mídias Alternativas na Amazônia”. E-mail: [celia.trindade.amorim@gmail.com](mailto:celia.trindade.amorim@gmail.com)

<sup>3</sup> Bolsista de Iniciação Científica do Projeto e estudante do 2º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA. Bolsa (AF/UFPA). E-mail: [lbalbim@yahoo.com.br](mailto:lbalbim@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Bolsista de Iniciação Científica do Projeto e estudante do 4º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA. Bolsa (FAPESPA/UFPA). E-mail: [annacameta@bol.com.br](mailto:annacameta@bol.com.br)

<sup>5</sup> Colaborador de Iniciação Científica do Projeto e estudante do 2º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA. E-mail: [victor.ufpa@gmail.com](mailto:victor.ufpa@gmail.com)



favorecidas.

Os Planos de Desenvolvimento implantados pelos novos donos do poder, aliado ao capital internacional, reconfiguraram a economia e a geopolítica da Amazônia. A construção de rodovias como a Belém-Brasília (1966) e a Transamazônica (1972) criaram às suas margens vilas e cidades que cresceram vertiginosamente sem nenhuma infraestrutura. Houve uma urbanização das florestas. Cidades ribeirinhas, estratégicas para circulação de uma economia local, perderam suas funções e expulsaram populações nativas para capitais como Belém e Manaus. Os que resistiam enfrentavam conflitos com madeireiros, grileiros e latifundiários.

A crise geral herdada do Governo Militar, depois do desmoronamento do chamado “milagre econômico” (1969-1973), alastrou ainda mais o desemprego, a miséria, a carestia e tornou o Estado ausente na assistência de direitos elementares de cidadania. As populações nativas, acostumados à agricultura familiar, ao chegarem à cidade padeciam e ainda padecem, juntamente com moradores carentes das capitais, com graves problemas, desde a falta de água encanada nos bairros periféricos até a ausência da posse de um teto para morar.

A aprovação de uma nova Constituição para o Brasil em 1988, conhecida como Constituição Democrática, apresentou direitos que haviam sido suprimidos pelos militares e, em muitos casos, que nunca foram reconhecidos. A reforma urbana estava na ordem do dia e ocupava as pautas dos vários jornais alternativos que participavam da reconstrução democrática brasileira.

Foi no período que compreende as décadas de 1980 e 1990 que os movimentos populares recuperaram o fôlego perdido durante a Ditadura, motivados pela onda democrática e pelo agravamento da crise econômica e do desemprego que assolava o país. No livro *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, Maria da Glória Gohn (2001) destaca a importância da atuação dos movimentos para trazer à superfície as populações carentes que estavam submersas no regime de repressão.

Segundo a autora, os anos 80 do século passado proporcionaram uma nova configuração de direitos e deveres dos cidadãos pobres do Brasil. “Embora com o estatuto de cidadãos de segunda categoria, os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos – direitos estes que são inscritos na Constituição, mas usualmente, negados ou ignorados na prática.” (GOHN, 2001, p. 126).

O jornal *O Bengola – A Voz do Benguí* foi um desses alternativos, que nasceu durante o processo de redemocratização do Brasil no bairro do Benguí, um dos mais populosos e



violentos de Belém do Pará. Tinha por objetivo produzir pautas fora do contexto mercadológico midiático, denunciando o descaso do poder público nos setores de habitação, saúde, saneamento, transporte. Assuntos que eram divulgados de forma superficial ou desprezados pelos grandes jornais da época como *A Província do Pará*, já extinto; *Diário do Pará* e *O Liberal*, estes em plena atividade<sup>6</sup>.

A linha editorial de *O Bengola* associava-se ao pensamento de comunicação alternativa que contribui para liberdade de expressão, para ampliação dos direitos do cidadão e para a transformação social de uma dada comunidade, em oposição, à ideologia neoliberal<sup>7</sup>(MORAES, 2007) a qual se expande pelo mundo.

A comunicação alternativa defendida por Moraes é a estabelecida pelo *Foro de Medios Alternativos*, da Argentina:

[...] é aquela que “atua como uma ferramenta para a comunicação no campo popular, sem deixar de lado a militância social, ficando implícito que jornalistas e/ou comunicadores devem estar dentro do conflito, sempre com uma clara tendência a democratizar a palavra e a informação”. Os veículos devem ser independentes do governo, do estado e das corporações, “relacionando-se especificamente a um projeto de transformação social”. E o trabalho desenvolvido precisa ser “dialógico e democratizador”, capaz de “difundir, co-produzir, organizar, articular, capacitar e reconstruir a memória, a identidade e a unidade na ação” (2007, p. 4).

O jornal serviu como instrumento para a comunicação popular e revelou o preço da participação dos moradores do Benguí na luta pelos seus direitos, já que o bairro estava fora da esfera pública hegemônica e da obrigação do Estado. Uma imprensa de baixo custo que se tornou crucial, naquele período, para o processo democrático na Amazônia.

## **O contexto de urbanização da Amazônia no pós-1964**

Para se compreender os significados de produção de jornais alternativos nas especificidades da Amazônia, é imprescindível o estudo sobre as políticas de ocupação do território, principalmente a partir do Golpe Militar de 1964 e a relação desse fenômeno com a urbanização da região.

---

<sup>6</sup>O *Diário do Pará* surgiu há 30 anos e pertence à família do político paraense Jader Barbalho e *O Liberal*, com quase 67 anos de existência, pertencente à família Rômulo Maiorana. Os dois jornais lutam pela hegemonia comunicacional na região Norte do País. Aquele último criou o jornal *Amazônia* em 2000, uma versão de baixo custo com o propósito de atrair as classes de baixa renda.

<sup>7</sup>Perry Anderson (1995) define o neoliberalismo como uma manifestação teórico política contra o estado intervencionista e de bem-estar que emergiu após o fim da Segunda Guerra Mundial. Disponível em [www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html](http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html) >Acesso em 15 mar 2013.



A posse das riquezas da região Amazônia - como o controle dos minérios, das terras produtivas, dos recursos das florestas - não desenvolveu a economia local. Ao contrário só agravou os problemas socioeconômicos das camadas mais carentes. As cidades da região estagnaram e relegaram as populações a condições isoladas em periferias desordenadas espalhadas pelas capitais.

Segundo Octavio Ianni (1986) no livro *Ditadura e Agricultura*, as terras na região amazônica, sob a ótica e a força do capitalismo, passaram a constituir verdadeiras mercadorias de grande valor econômico e a posse destes terrenos gerou diversas lutas. Extensas áreas de mata virgem foram derrubadas para cimentar as futuras rodovias; técnicas de queimadas foram utilizadas para a implantação da agropecuária. Houve também desenvolvimentos de agroindústrias, construção de fazendas compondo ou fortalecendo latifúndios.

As consequências foram a expulsão de famílias de caboclos, seringueiros e tribos indígenas de suas terras para as cidades. “Essa foi a forma pela qual o poder estatal foi levado a reativar, diversificar e desenvolver o vasto enclave econômico da Amazônia para servir à acumulação capitalista nos centros dominantes, no centro-sul e no exterior” (IANNI, 1986, p. 79).

Os Projetos de Ocupação da região com uma concepção de “preenchimento dos espaços vazios”, como se não existissem grupos sociais, habitantes, representava um olhar para a Amazônia como uma imensa “massa verde” destituída de historicidade. O professor João Santos Nahum, em artigo intitulado *Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento* (2012), analisa esse fenômeno da construção da invisibilidade das populações da Amazônia:

O homem objeto é social, mas esse caráter não lhe é atribuído pela própria dinâmica em que vive. Longe disso, ele é dissolvido socialmente na população, sem espaço, nem natureza. Concebendo-o, dessa forma, temos a dissolução do caráter histórico do fenômeno populacional. Visualizamos, aqui, (na Amazônia) uma análise de que concebe o mundo como o reino das coisas em si, de forma autoexplicativa. Um mundo que trata a população como reino das coisas, cuja função enunciativa é fazer crer e valer que todos são coisificáveis em número e têm de ser mensurados da mesma forma. Um mundo despido de historicidade, não se reconstruindo o processo de produção dessa população, não se conseguindo dessa forma, ir além de números, e números não constrói história. (2012, p. 6).

Bertha Becker, ao basear-se na denominação de *economia de fronteira*, proposta por Kenneth Boulding, em que a região insere-se no paradigma de relação *sociedade-natureza*, a qual significava “que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na



contínua incorporação de terras e de recursos naturais, que também são percebidos como infinitos” (BECKER, 2004, p. 53), afirma que os modelos geopolíticos de ocupação representaram uma exploração desordenada desse espaço, sem levar em consideração as particularidades de um espaço amplo e aparentemente uniforme. Com ele, deu-se início à explosão de problemas de ordem social e ambiental que afetariam a vida dos habitantes amazônidas pelos anos seguintes e que se tornaram as pautas do jornal em destaque.

### **O bairro do Benguí e os movimentos populares**

O Benguí é um bairro localizado na periferia da cidade de Belém/PA que surgiu em meio a um processo de conturbadas ocupações coletivas de populações de baixa renda nos anos de 1960 e 1970, no eixo de desenvolvimento urbano da rodovia Augusto Montenegro, rumo aos distritos de Icoaraci, Outeiro, Val-de-Cans, Tenoné e Ilhas.

A luta pela moradia da população em Belém do Pará para garantir a cidadania de seus habitantes<sup>8</sup> (CARDOSO, 2007, p. 158) foi o apogeu dos movimentos populares nesse período histórico. De acordo com Rosana Moraes, em seu estudo intitulado *O Movimento Popular em Belém no marco da Redemocratização do País: Avanço ou Retrocesso?* (1997), o problema da falta de espaço para a habitação foi intensificado no ano de 1977, quando cerca de 350 mil pessoas não tinham onde morar na capital paraense, resultando nas “invasões” ou “ocupações” de 11 espaços de propriedade particular de bairros como Jurunas, Cremação, Pedreira, Terra Firme e Benguí (1997, p. 41). Esse último bairro recebeu uma leva de desempregados, de pessoas expulsas das cidades interioranas que se instalaram em precárias condições de habitação e de serviços públicos, quase inexistentes.

Do embate entre lideranças de movimento popular, governo e latifundiários urbanos, aprimorou-se um aprendizado na cidade de organização e de resistência. As populações carentes investiram e lutaram em defesa de um pedaço de terra para morar. (MORAES, 1997, p.41).

Mas, não foram apenas reivindicações pela moradia. Inácia Winholth<sup>9</sup>, 69 anos, uma das responsáveis pela criação do jornal *O Bengola*, ressalta que as conquistas adquiridas para o bairro do Benguí, tais como luz elétrica, em substituição às lamparinas, água encanada, transporte público, com os ônibus Bagé e Cata Corno, e a construção da Escola Estadual Maria Luíza da Costa Rego, a única daquele período, contou com apoio de lideranças de

---

<sup>8</sup>Disponível em <[http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/.../capitulo\\_5.pdf](http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/.../capitulo_5.pdf)> Acesso em 01 mar 2013.

<sup>9</sup> Entrevista concedida à Equipe do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, no dia 16 de fevereiro de 2013.

movimentos populares, a exemplo do Movimento República de Emaús, da qual faz parte até hoje. O Movimento de Emaús surgiu em 1970 por iniciativa do padre Bruno Sechi e de um grupo de jovens com princípios inéditos da chamada educação de rua para restaurar a dignidade de crianças e jovens que se encontravam nas ruas e eram tratados como marginais pela sociedade e pelo Estado.<sup>10</sup>

Estas conquistas para a população do bairro, no entanto, vêm sendo suprimidas atualmente pela implantação às margens da rodovia Augusto Montenegro, de condomínios residenciais com o auxílio de programas de habitação do governo e de empresas particulares, ou as duas coisas associadas, e a construção de shoppings, redes de supermercados e faculdades particulares. O que hoje deveria representar o fim das desigualdades só reforça as disparidades socioeconômicas entre a periferia e a capital. Por conta desses empreendimentos, criou-se o bairro Parque Verde, localizado na fronteira com o Benguí, para estabelecer a separação entre uma área desenvolvida e bastante valorizada e outra ignorada pelo poder público.

Frente a esta situação os moradores, que sempre tiveram uma tradição em resistir às desigualdades sociais, começaram atualmente a fazer protestos pela internet para recuperar o nome do bairro.

Os moradores estão revoltados com a discriminação que o shopping está impondo ao Benguí. Se os empresários desconhecem a história de luta do Bairro, não sabem que conseguimos as poucas melhorias que temos a custa de muita luta, protestos, organização social. É bom que fiquem sabendo. Pois o povo ficou feliz ao saber da construção do shopping, e muita gente aqui ainda é humilde financeiramente. Mas muita gente conseguiu ascender e tem poder de consumo. Entretanto não queremos ser discriminados. Se o shopping veio para dentro do Bairro, ele tem que admitir que está dentro do Bairro. Se não quer está no BENGUÍ, o shopping que se mude, mas não mude o nome do Bairro! Não se trata apenas de uma placa... ela retrata a história do Bairro. (Fonte: <http://nobengui.blogspot.com.br>, 2013).

Foto 1: Placa do bairro



(Fonte: <http://nobengui.blogspot.com.br>, 2013).

<sup>10</sup> Maiores informações, consultar o seguinte endereço eletrônico <http://www.movimentodeemaus.org>. Acesso em 06 mar 2013.



A título de informação, a origem do nome Benguí, de acordo com Cyntia Bijú, autora do blog *No Benguí*<sup>11</sup>, remonta à história relatada pelos moradores mais antigos da comunidade. Havia uma estrada de ferro comandada pelos ingleses que saía de Belém à Icoaraci e, posteriormente, à Bragança, passando por Castanhal e Capanema. Aproximadamente, onde hoje funcionava a entrada do referido bairro, às margens da atual Rodovia Augusto Montenegro, moravam dois ingleses chamados Benjamim e Guilherme. No local, foi afixada a placa com as palavras BEN GUI, para que o maquinista parasse todas as manhãs naquele ponto e apanhasse-os para levá-los à escola a qual funcionava no Município de Castanhal. Foi então que surgiu o nome BENGUI. Já o nome Bengola é um apelido dado pelos moradores aos que nasce no bairro, daí a origem do nome do alternativo.

### **A voz ativa de *O Bengola* na construção da cidadania**

O jornal *O Bengola – A Voz do Benguí* foi lançado no cenário amazônico em 1987, pós ditadura militar, e era produzido pela Associação dos Moradores do Benguí (AMOB). Os exemplares adquiridos pela equipe do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, por meio de doação e analisados para o presente estudo (Ano I, julho de 1987, edição nº 4; e Ano 2, junho de 1988, edição nº 5) apresentavam reportagens sobre a falta de moradia, tema recorrente, e à qualidade de vida dos moradores.

O *modus operandi* desse alternativo se manifestava por meio da produção das matérias e fotos no estímulo à reflexão sobre a realidade do bairro, situando e convidando o leitor para ser responsável em promover as mudanças almejadas na comunidade e não simplesmente identificar o problema e aguardar que os governantes apresentassem a solução para cada caso.

As manchetes, por exemplo, eram escritas em caixa alta para atrair a vista do leitor como a reportagem “CAMPANHA PELA MORADIA”, capa do jornal *O Bengola* (ano I, julho de 1987, nº 4), em que aproximadamente 600 moradores percorreram as avenidas de Belém/PA, no dia 28 de maio de 1987, protestando pelo direito à moradia e também por direitos que envolviam transporte público, educação, saúde e saneamento.

---

<sup>11</sup>Disponível em <<http://nobengui.blogspot.com.br/>> Acesso em 01 mar 2013.



Foto 2: Jornal *O Bengola* (1987)



Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia (2013)

As edições também traziam convocações para que os moradores enviassem à redação do jornal denúncias de injustiças e descasos que viessem a sofrer na comunidade. Percebe-se aqui a chamada “audiência ativa” no processo comunicacional proposto por John Downing, como aquela em que o público “[...] elabora e molda os produtos da mídia, e não apenas absorve passivamente as suas mensagens.” (2002, p. 38).

A edição nº 4, página 2, ano I, de julho de 1987, apresentou a seguinte manchete: “Aeroporto: uma ameaça para o Benguí”. A matéria destacava os problemas sociais que seriam agravados com a ampliação da pista de pouso e decolagem de grandes aeronaves do Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro, tais como a desapropriação de extensa área habitacional, danos à saúde dos moradores por conta dos ruídos emitidos pelos aviões, destruição do retiro São Clemente que, segundo consta, era a única fonte de lazer e encontros de estudos da população, de propriedade da paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e da Escola São Clemente, que outrora fora construída pela comunidade. Para enfatizar, incluíram a foto de uma placa onde consta a frase “Propriedade da União – Ministério da Aeronáutica”, onde logo atrás há um avião durante a decolagem.



Foto 3: Jornal *O Bengola* (1987)



Fonte: Projeto Mídias Alternativa na Amazônia (2013)

Na matéria intitulada “Luta pela Moradia”, presente na edição nº 5, página 3, ano 2, de junho de 1988, o alternativo revelou que os habitantes daquele bairro não possuíam a titulação dos terrenos, pois foram fornecidos apenas Títulos de Aforamento que não garantiam a posse, fato que ainda se repete até o presente momento com a distribuição destes títulos a moradores dos bairros situados em terras de Marinha no Município de Belém, de propriedade da União.

Foto 4: Jornal *O Bengola* (1987)



Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia (2013)

Outros destaques foram a precariedade e o número reduzido de ônibus à disposição da população, além do descaso do então prefeito da capital paraense Fernando Coutinho Jorge (1986-1988) e do ex-governador estadual Jáder Barbalho (1983-1987), quanto aos problemas

de esgoto, água encanada, dentre outros.

A reportagem intitulada “Educação: 12 mil crianças sem vagas no Benguí”, foi a manchete da edição nº 5, ano 2, junho de 1988, publicada nas páginas 4 e 5, revelando o alto índice de alunos fora da escola. A reportagem começou com a apresentação de uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, denunciando que, dos 2.726 municípios brasileiros pesquisados no ano de 1987, 1.523 pagavam aos professores salários com valor abaixo do mínimo fixado por decreto presidencial.

Foto 4: Jornal *O Bengola* (1987)



Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia (2013)

O alternativo contou a história da professora Francisca Assis Gomes de Abreu, de 36 anos, da rede municipal de 1º grau do Município de Antenor Navarro/PB. A docente e mais 78 professores leigos na mesma situação recebiam o equivalente a Cz\$ 91,00 (noventa e um cruzados). Este valor, ao ser convertido em real, representaria hoje a bagatela de R\$ 3,45 aproximadamente<sup>12</sup>, pouco mais do que o dobro do valor de um exemplar desse jornal. O valor foi obtido a partir da fração entre a quantia do valor desejado, neste caso: Cz\$ 91,00, e o fator de conversão de junho de 1988, equivalente a 26,395, com base na data da publicação da matéria. Certamente a realidade econômica era bem diferente da de hoje, mas, para se ter uma ideia, o salário mínimo vigente em 01/06/1988 era de Cz\$ 10.368,00<sup>13</sup>.

Ainda de acordo com o texto do alternativo, em 1987, 90 mil crianças ficaram sem estudar só em Belém. No bairro Benguí, 12 mil crianças em 1988, por conta das péssimas

<sup>12</sup>Valor real da moeda brasileira. Disponível em <<http://www.rendimentosreais.com/valor-real-da-moeda>> Acesso em 06 mar 2013.

<sup>13</sup>Tabela dos valores nominais do salário mínimo: período - 1940 a 1999. Disponível em <[http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo\\_1940a1999.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm)> Acesso em 09 mar 2013.



condições das escolas e do descaso por parte do governador do Estado do Pará na época, Jáder Barbalho, cuja matéria denunciava a distribuição das escolas entre deputados aliados ao governante, que, por sua vez, distribuíam cargos do magistério de acordo com critério político.

A publicação enfatizava também os problemas que as escolas de Belém enfrentavam, exemplificando que os materiais da única instituição de ensino do bairro Benguí, a Escola Estadual Maria Luíza da Costa Rego, foram recolhidos pela SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Pará) e alocados em cursos de técnicas comerciais, artes industriais e educação para o lar, distribuídos pelo município de Belém.

*O Bengola* era vendido ao preço de Cz\$ 5,00 à época, no seu primeiro ano de circulação, teve uma tiragem de 5.000 exemplares em cada edição. Um ano depois, o preço passou para Cz\$ 40,00, mas a tiragem reduziu para 2.000 exemplares. O motivo do aumento do preço de capa era que o alternativo não tinha um apoio financeiro para sustentar suas despesas. Havia publicidade de pequenos comércios, a exemplo do Mercadinho Maranhão, Oficina de Grades Bom Futuro, Panificadora São Clemente LTDA, bem como de outros ramos como a Rádio Popular.

O dinheiro arrecadado com as vendas era reinvestido em outras publicações do jornal e contava com a dedicação de pessoas voluntárias envolvidas com os problemas do bairro. O jornal, que possuía oito páginas, foi extinto em meados da década de 1990 por falta de colaboradores e de recursos financeiros.

Ao observar a Associação dos Moradores do Benguí (AMOB), que fazia parte da Comissão dos Bairros de Belém; o Movimento República de Emaús e os moradores na luta pela cidadania do bairro, percebe-se a importância da criação de *O Bengola* em furar os canais hegemônicos de comunicação.

A atuação dos movimentos sociais na difusão de informações ocultadas pela mídia oficial e pelo Estado, prática ativa em *O Bengola*, contribuiu para a reverberação de uma postura de contra hegemonia da comunidade, o que, segundo Dênis de Moraes (2007), é de extrema importância para manter o atrelamento desses movimentos a práticas colaborativas midiáticas e a linhas editoriais capazes de formar consciências.

Corroborando com Moraes, Cicília Peruzzo, no artigo intitulado *Aproximação entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço* (2009), observa a importância dessa comunicação no contexto da repressão do regime ditatorial no Brasil, destacando a relevância desta modalidade do fazer jornalismo aliado aos



movimentos populares em defesa dos direitos dos cidadãos, luta ampliada no pós-ditadura militar.

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contra-comunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social. (PERUZZO, 2009, p. 2).

É necessário enfatizar a dinâmica de resistência dos movimentos sociais e a forma como intervêm na atuação da mídia alternativa (uma relação em que o crescimento de um pode contribuir da mesma maneira para o de outro). Para isso, Downing (2002) apresentou três classificações de movimentos sociais a partir do século XIX, propostas por Arato e Cohen (1992). A primeira estava relacionada à rebelião das massas contra a “Revolução Francesa e os levantes operários e socialistas” (2002, p.56); a segunda, mais bem elaborada e em oposição ao modelo anterior, refere-se aos “movimentos sociais como atores racionais”, cujas manifestações são bem pensadas para influenciar o processo político; e por fim, os Novos Movimentos Sociais (NMSs), definidos como movimentos sociais ecológicos, feministas ou pacifistas, que representam um novo estágio na cultura política já que não perseguem resultados materiais minuciosamente calculados.

Para exemplificar, Downing faz uma comparação entre os Novos Movimentos Sociais e o movimento operário, este almejava conquistas de caráter econômico, cujos benefícios atingiriam suas fileiras e colunas. Já aqueles buscam resultados sem contar com a interferência do Estado. Cita os movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, no período correspondente às décadas de 1960 e 1970, quando grupos de mulheres buscavam a identidade coletiva através de reuniões para debater sobre a submissão ao controle patriarcal a que estavam submetidas, mas não tinham o objetivo de organizar um projeto para o futuro.

Na contemporaneidade, movimentos sociais referem-se a uma esfera pública alternativa defendida por Arato e Cohen, termo (os dois primeiros) utilizado primeiramente na tradução de *Offentlichkeit* – por Habermas, o qual estava associado ao espaço frequentado pela elite intelectual onde se podia exercer liberdade de expressão e crítica ao governo monárquico do século XVIII, tendo perdido seu poder na medida em que se expandiram os debates políticos e a esfera de influência, com divulgação de folhetos e pequenos jornais, pois “a abertura e a publicidade representadas pela palavra *Offentlichkeit* significavam a quebra do isolamento e do sigilo das cortes reais” (DOWNING, 2002, p. 62). Em seu estudo, Downing

demonstra que os discursos naquela época atrelados à ironia, à caricatura, dentre outros fatores, foram tão eficazes quanto são os proferidos pelas mídias radicais alternativas de hoje.

Ele enfatiza, no entanto, que, independente dos conceitos de esfera pública proposto pelos autores cima, a conversa pública dentro dos movimentos sociais não está dissociada de influência do modelo capitalista de economia, de ordens sociais radicalizadas e de raízes patriarcais da cultura. E complementa:

Em todo lugar, o poder, a hegemonia e a resistência estão estampados e infiltrados nas instituições e nas práticas do diálogo público e dos movimentos sociais, assim como a cultura popular pode ser elitista, sexista, racista, etc. (DOWNING, 2002, p. 65).

O autor reforça que o estudo sobre a mídia radical alternativa não pode ser restrita à participação dos movimentos sociais como um instrumento de dar voz aos componentes da esfera pública. “Devemos ter cuidado para não reduzir tal mídia a esse modelo<sup>14</sup> bastante efervescente. Muitos desses meios alternativos sobrevivem durante décadas, silenciosamente e pacientemente, mantendo vivas as questões e, em especial, desenvolvendo novos temas e novos tipos de conversa pública” (DOWNING, 2002, p. 66). No entanto, há de se destacar a relação de interdependência dialética entre as mídias alternativas e movimentos sociais visando à reverberação das suas propostas.

[...] a enorme – ainda que oscilante – importância da mídia radical alternativa se deve ao fato de ser ela, comumente, que primeiro articula e difunde as questões, as análises e os desafios dos movimentos. Sua fidelidade é devotada, em primeiro lugar, aos movimentos e é por eles que ela nutre seu principal fascínio. E embora certos meios alternativos sejam descartados na trajetória impetuosa e imprevisível de um dado movimento social, outros com frequência rapidamente se destacam e tomam o seu lugar. (DOWNING, 2002, p. 65).

A história do alternativo mostra a ligação entre a Associação dos Moradores do Benguí (AMOB) e o jornal. Esse movimento social assumiu papel de resistência na luta por conquistas do bairro, buscando uma mídia alternativa, com denúncias e reivindicações, como uma fonte de estímulo à cidadania e de transformação social daquela comunidade.

O alternativo *O Bengola* exigiu o reconhecimento de uma população inexistente para o poder público, confinada em um bairro periférico da Amazônia, mas ativa na construção cotidiana de sua historicidade. O jornal retratou o esforço dos moradores para que o bairro recebesse a água que faltava nas torneiras, o asfalto, o transporte, escolas e serviços de saúde.

---

<sup>14</sup> Ainda que haja íntima ligação entre as mídias alternativas e os movimentos sociais, eles não constituem a única representação de força contra hegemônica. O jornalista e sociólogo paraense Lúcio Flávio Pinto é um exemplo: há aproximadamente 25 anos escreve sozinho o *Jornal Pessoal*, denunciando problemas da região amazônica.



## Considerações Finais

O presente estudo faz parte do projeto intitulado Mídias Alternativas na Amazônia, coordenado pela Professora Dr.<sup>a</sup> Célia Trindade Amorim, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), que, desde 2011, assume o compromisso de investigar pequenos jornais e revistas contra hegemônicas do período da Ditadura Militar (1964-1985) até os dias atuais para a composição do primeiro Mapa das Mídias Alternativas na Amazônia.

Desvendar as lutas e reivindicações do jornal alternativo *O Bengola* possibilita compreender a realidade da região Amazônica marcada pela implantação de grandes projetos econômicos cujo desenvolvimento não respeitou as diversidades culturais da população, agravando os conflitos fundiários, as mortes no campo, e a expulsão de famílias inteiras para a cidade, gerando processos de favelização na capital do Pará, bem como a dificuldade de se fazer jornalismo alternativo que se propõe a estimular o desejo de mudança da sociedade.

*O Bengola* surgiu como uma necessidade de dar voz às populações oprimidas do bairro do Benguí, quando as amarras da censura militar foram colocadas de lado e outras amarras como a econômica foram impostas de forma mais evidente. Ainda assim, enfrentou as dificuldades de se produzir informação com o objetivo de promover uma transformação social a partir das problemáticas vivenciadas pela comunidade. Situações de descaso do poder público, ofuscadas pelos meios de comunicação tradicionais, como a televisão, o rádio, o jornal impresso por questões políticas e econômicas, eram retomadas pelo alternativo numa busca constante de fazer o público refletir sobre a sua realidade e engajar-se na conquista de seus direitos de cidadão.

A não continuidade deste periódico não exclui o debate do tema da Amazônia e, tampouco, da importância das mídias alternativas para trazer à tona discussões ocultadas pela mídia oficial e a resistência ao sistema capitalista vigente. As mídias oficiais, em especial nessa região, ainda concentram o foco de pesquisa no ramo da comunicação, por isso a necessidade de se investigar as mídias alternativas e sua atuação na Amazônia, pois, mesmo sem alcançar a mesma audiência das outras, assumem uma importância ímpar para a preservação da memória do povo da região.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23. Disponível em <[www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html](http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html)> Acesso em 15 mar 2013.

BECKER, Bertha. **Geopolítica na Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Disponível em





<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005)> Acesso em 18 dez 2012.

BIJÚ, Cyntia. *No Benguí*. Disponível em <<http://nobengui.blogspot.com.br/>> Acesso em 01 mar 2013.

\_\_\_\_\_. No Benguí. <http://nobengui.blogspot.com.br/2012/04/o-bengui-sempre-sera-o-bengui.html>. Acesso em 06 mar 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio (coord.). **Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Cap. 5. Coleção Habitar ANTAC, Porto Alegre, 2007. Disponível em <[http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/.../capitulo\\_5.pdf](http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/.../capitulo_5.pdf)> Acesso em 01 mar 2013.

DOWNING, John. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Ed. SENAC, [2002]. 544 p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003. 213 p.

**Grilos e grilagens**: A história da apropriação de terras no Brasil, segundo aula de João Pedro Stédile para os jovens do MST. Jornal da UNICAMP, Campinas/SP, 2002. Disponível em <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/abril2002/unihoje\\_ju173pag12.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2002/unihoje_ju173pag12.html)> Acesso em 07 mar 2013.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, c1979. 249 p.

MORAES, Dênis de. **Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br), vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007.

MORAES, Rosana Ribeiro; MARÍN, Rosa Elizabeth A.; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **O movimento popular em Belém no marco da redemocratização do país**: avanço ou retrocesso?. Belém, 1997. 119 f. Monografia (especialização) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

NAHUM, João Santos. **Região e representação**: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. Artigo publicado em Biblio3 w. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (2012). Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/258059>> Acesso em 31 mar 2013.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo: 2009.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**, 2006. (Versão eletrônica). Disponível em <<http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicília+Peruzzo+.pdf>> Acesso em 18 dez 2012.

**Tabela dos valores nominais do salário mínimo**: período - 1940 a 1999. Disponível em <[http://www.guiatrabalhistas.com.br/guia/salario\\_minimo\\_1940a1999.htm](http://www.guiatrabalhistas.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm)> Acesso em 09 mar 2013.

**Valor real da moeda brasileira**. Disponível em <<http://www.rendimentosreais.com/valor-real-da-moeda>> Acesso em 06 mar 2013.